



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
05/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 EM ARACAJU

FLÁVIA LOPES PACHECO

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

Resumo

O Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) 2014 é um sistema web desenvolvido para disseminar os indicadores do IBGE, sob uma perspectiva de gênero. A fim de verificar a realidade das mulheres em Aracaju, utilizei o SNIG a partir dos temas: Educação e Trabalho, e cruzei esses dados com os indicadores relacionados a sexo e raça. Essa pesquisa demonstra que, apesar de sermos maioria populacional, as desigualdades referentes a gênero e raça são muito evidentes. Percebemos que, em todas as regiões, incluindo Aracaju, o nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens. No entanto, quando a questão está relacionada a emprego, apesar de haver um número maior de mulheres com nível superior empregadas, percebemos que uma grande parte delas ainda é maioria em trabalhos informais ou como empregadas domésticas.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho. Educação.

Abstract

The National Gender Information System (SNIG) 2014 is a web system developed to disseminate IBGE's indicators, from a gender perspective. In order to verify the reality of the women in Aracaju, I used the SNIG from the themes: Education and Work, and crossed these data with the indicators related to sex and race. This research shows that, despite being a majority population, inequalities regarding gender and race are very evident. We realize that in all regions, including Aracaju, the level of women's education is higher than men's. However, when the question is related to employment, although more women are employed, we realize that a large part of them are still mostly in informal jobs or as domestic workers.

Key words: Gender. Work. Education.

Introdução

A fim de produzir e disseminar informações de indicadores e análises de gênero, a Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE, em parceria com outras áreas do IBGE e a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas, desenvolveu o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), que integra o projeto de estruturação de um amplo Programa de Estatísticas de Gênero no IBGE.

A última versão dos dados apresentados pelo SNIG foi publicada em 2014, referente aos resultados do Censo Demográfico 2010. Desse modo, os órgãos responsáveis pela organização desse sistema acreditam que a apresentação desses dados estatísticos sobre gênero, pode contribuir para o conhecimento da realidade socioeconômica das mulheres e, conseqüentemente, o exercício da cidadania. Além disso, tais informações podem subsidiar a formulação, coordenação e implementação de políticas públicas que busquem uma maior igualdade nas condições de homens e mulheres de nossa sociedade.

O SNIG 2014 é um sistema web desenvolvido para disseminar os indicadores selecionados nos temas: População, Famílias, Migração, Pessoas com Deficiência, Domicílios, Educação, Trabalho e Rendimento, sob uma perspectiva de gênero. Os resultados referentes ao Brasil e suas Grandes Regiões, está disponível em forma de publicação eletrônica. No entanto, além dos dados já analisados, ainda é possível obter informações neste sistema referentes às Unidades da Federação e municípios.

Por entender que as questões de gênero não podem ser avaliadas fora de um contexto maior, que entrelaça um sujeito que se constitui pelo múltiplo contraditório que possui além de um gênero, uma raça/etnia e faz parte de uma classe social, foi que utilizei o Sistema Nacional de Informações de Gênero a partir dos temas: Educação e Trabalho, e cruzei esses dados com os indicadores relacionados a sexo e raça, o que possibilitou traçar também um perfil que relaciona a classe social.

Aqui foram analisados os dados referentes a População, com base no indicador de razão de sexo, fazendo uma comparação entre Brasil, Região Nordeste, Sergipe até chegar em Aracaju. Seguindo a mesma lógica, foram analisados os dados do tema Educação, a partir do indicador referente ao nível de instrução. Com relação ao tema Trabalho, foram escolhidos três indicadores, referentes a: população ocupada por nível de instrução e população ocupada por posição na ocupação.

Os dados apresentados levam ainda em consideração o sexo e etnia/raça da população pesquisada, o que torna possível uma maior compreensão a respeito da realidade das mulheres e homens de Aracaju no que diz respeito a trabalho e educação. Esses dados são importantes para a tomada de decisões em políticas públicas, na medida em que apresentam a realidade sócio-econômica da população de Aracaju, de forma a buscar mecanismos que melhorem a situação, a partir dos problemas percebidos e no caso dessa pesquisa, pode-se identificar que tanto as questões de gênero, como as de etnia/raça são problemáticas a serem colocadas em evidência no campo da educação e do trabalho.

Os dados do Sistema Nacional de Informações de Gênero

O primeiro aspecto a ser ressaltado nessa pesquisa é a população. A partir dessa análise, é possível compreender a razão entre homens e mulheres no Brasil, na Região Nordeste, em Sergipe e em Aracaju. Entendo essa análise como necessária e inicial da pesquisa, pois é a partir dela que poderemos entender e interpretar melhor os dados que a seguirão. Assim, a razão de sexo foi o indicador selecionado para o estudo e consiste na relação entre a quantidade de homens para cada grupo de 100 mulheres na população, conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Razão de Sexo (% homens/mulheres)

Divisões Territoriais	2010	Branca, 2010	Preta ou Parda, 2010
Brasil	96	92	100
Nordeste	95,3	90	98,1
Sergipe	94,5	90	96,9
Aracaju	86,9	82,6	89,7

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

Podemos perceber, através da leitura do Quadro acima que há uma diferença significativa entre os resultados obtidos no Brasil, na Região Nordeste e o Estado de Sergipe com relação ao resultado de Aracaju. Percentualmente havia,

em 2010, um número muito menor de homens no município de Aracaju, totalizando um percentual de 86,9 homens para cada 100 mulheres. Enquanto que este percentual, nas demais regiões pesquisadas ultrapassa 94 homens para cada mulher. Esse percentual diminui ainda mais, quando analisamos a razão entre os homens brancos, que diminuem proporcionalmente em todas as regiões, mas ainda se mantendo acima dos 90%, enquanto que em Aracaju, este percentual diminui para 82,6% de homens brancos. Já com relação aos homens negros ou pardos, se analisamos no Brasil, eles se igualam ao total de mulheres da mesma cor, onde região Nordeste e Sergipe continuam com um percentual alto de homens em relação às mulheres, mantendo-se o percentual acima dos 96%, enquanto que Aracaju, apresenta uma razão de 89,7 homens pretos ou pardos por mulheres da mesma cor.

Independente da diferença apresentada ao comparar Aracaju com as demais regiões selecionadas é possível perceber, em todas as regiões pesquisadas, que: 1) há um percentual maior de mulheres que de homens de forma geral; 2) a quantidade de mulheres que se declara branca em relação aos homens é proporcionalmente maior que a daquelas que se declara preta ou parda.

De acordo com Abramo (2007), o processo de mudança dos padrões culturais de gênero, apesar de andar a passos lentos, ocorreu graças à entrada das mulheres no mercado de trabalho, à redução da taxa de fecundidade e à elevação contínua dos níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas. Esses três fatores são importantes e devem ser analisados, pois apesar de um reordenamento no mercado de trabalho e nas relações familiares, Harvey (1992) sugere que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho não representou uma mudança revolucionária no que concerne às suas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família.

Então, para entender a escolaridade, o Quadro 2 abaixo demonstra inicialmente o percentual total de pessoas que não possuem instrução ou com ensino fundamental incompleto, além de apresentar esse percentual também para homens e mulheres. É importante destacar o nível alarmante de pessoas semi alfabetizadas ou analfabetas, totalizando quase 50% da população adulta no Brasil e aumentando esse percentual quando se analisa o Nordeste (com 59%) e Sergipe (com 57,5%). No entanto, este número cai em Aracaju para 33%.

Quadro 2: Percentual de pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto

Divisões Territoriais	Total	Homens	Mulheres
Brasil	49,3	50,8	47,8
Nordeste	59	62,3	56
Sergipe	57,5	60,5	54,9
Aracaju	33,3	34,2	32,5

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

Essa diminuição do percentual de Aracaju com relação ao seu estado, região e país, deve se dar pelo fato de que Aracaju é uma capital, onde os índices de escolaridade, qualquer que seja ela, normalmente é maior. Além de um aglomerado maior de pessoas encontrado nas capitais, há uma maior oferta de escolas, cursos e meios de educar a população adulta. Além disso, é possível perceber que o número de mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto é um pouco menor que o número de homens nesta mesma condição, o que indica que elas estão mais instruídas que os homens. Isso também reflete no que diz respeito ao nível superior, conforme apresentado no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Percentual de pessoas com nível superior

Divisões Territoriais	Total	Homens	Mulheres
Brasil	11,3	9,95	12,5
Nordeste	7,09	5,65	8,39
Sergipe	8,53	6,58	10,3

Aracaju	19,2	17,3	20,7
---------	------	------	------

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

A partir da análise do quadro acima, mais uma vez percebemos que Aracaju se encontra em posição privilegiada com relação ao Brasil, à Região Nordeste e ao seu Estado, Sergipe. Da mesma forma, podemos intuir que tal fato deve ocorrer em todas as capitais brasileiras, pois é nelas que se encontra uma maior facilidade de acesso e de vagas no ensino superior, seja ele público ou privado. Ao fazer a comparação entre os sexos, é possível confirmar o que foi percebido a partir do quadro anterior. As mulheres buscam um maior nível de instrução, inclusive na educação do ensino superior.

Quando analisamos o nível de instrução em relação a cor das mulheres, podemos identificar algumas diferenças. O Quadro 4 demonstra as diferenças entre o percentual de mulheres brancas e pretas, segundo o nível de instrução. Nesse caso, selecionei os extremos - sem instrução ou ensino fundamental incompleto e nível superior completo. Um outro ponto que deve ser colocado é o fato que estes dados se referem a mulheres adultas com 25 anos ou mais.

Quadro 4: Percentual de mulheres segundo o nível de instrução e a cor

Divisões territoriais	Mulheres, Branca, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, 2010	Mulheres, Preta ou Parda, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, 2010	Mulheres, Branca, Ensino Superior completo, 2010	Mulheres, Preta ou Parda, Ensino Superior completo, 2010
Brasil	41	55,2	17,7	6,71
Nordeste	48,1	59,5	13,7	6,01
Sergipe	49,1	57,4	14,9	8,31
Aracaju	25,7	36,1	28,3	16,7

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

A partir do Quadro acima, é nítida a diferença, em todas as dimensões territoriais apresentadas, 1) do número de mulheres sem instrução para as que possuem nível superior completo. A quantidade de mulheres sem uma escolaridade mínima é enorme, principalmente quando comparado ao número de mulheres com formação superior. O destaque para Aracaju é que esta diferença é menor que 15%, o que demonstra que há um número considerável de mulheres formadas na capital sergipana. 2) quando o indicador de cor da pele é adicionado ao quadro, as desigualdades ficam mais evidentes. O percentual de mulheres negras sem qualquer tipo de instrução é visivelmente maior no quadro acima, bem como o número de mulheres brancas com nível superior ultrapassa muito o número de mulheres pretas ou pardas com uma graduação.

Esses dados corroboram com a 4ª edição de Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, publicado pelo IPEA em 2011. Neste trabalho é apresentada uma análise a respeito das mudanças ocorridas no que diz respeito a gênero e raça no Brasil entre os anos de 1999 a 2009. No que diz respeito a educação, apontam que, ao longo destes anos, ocorreram avanços graduais nos números da educação no país. No entanto, ainda é clara a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente, da população negra, de nordestinos e da população rural na educação.

Ao cruzarmos os dados referentes ao nível de instrução e trabalho, apresenta-se uma configuração interessante e que precisa ser analisada mais profundamente. No Quadro 2, a seguir, conseguimos perceber mais uma vez a grande diferença entre os resultados, em relação aqueles referentes às outras divisões regionais. Enquanto Aracaju apresenta um percentual de 19,5 e 29,4% de homens e mulheres, respectivamente, que tem formação superior e uma ocupação (trabalho), as demais regiões apresentam percentuais menores de 12% para homens e 20% para mulheres.

Quadro 5: Percentual de pessoas ocupadas por nível de instrução, segundo sexo e cor

Divisões territoriais	Homens, Branca, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, 2010	Homens, Preta ou Parda, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, 2010	Homens, Branca, Ensino Superior completo, 2010	Homens, Preta ou Parda, Ensino Superior completo, 2010
Brasil	42,4	59	15,3	4,55
Nordeste	54	65,7	10,5	3,69
Sergipe	54,3	63	11,2	4,83
Aracaju	26,4	37,9	27,3	12,8

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

Essa diferença se torna ainda mais visível quando separamos os grupos também por cor. Mais uma vez fica clara a desigualdade social, pois se consideramos que há um número maior de pessoas que se reconhecem como pretas ou pardas, do que aquelas que se denominam brancas, seria mais óbvio se esta maioria fosse também maioria nas outras áreas, que não apenas a populacional. Homens e mulheres pretos ou pardos possuem uma maior dificuldade de conseguir emprego, mesmo quando já são formados.

Para compreender melhor onde estão trabalhando essas mulheres e a relação entre sexo, gênero e local de trabalho, preferi analisar o caso específico de Aracaju, que possui um percentual diferente das demais divisões analisadas e, ao mesmo tempo, analisar a situação em só uma região geográfica, o que torna mais fácil a visualização da questão. Assim, o Quadro 6, abaixo apresenta os dados referentes a cidade de Aracaju.

Quadro 6: Percentual da população ocupada por posição na ocupação

HOMENS	%	MULHERES	%
Trabalham por conta própria	21,5	Trabalham por conta própria	17,5
Empregado doméstico	1,1	Empregada doméstica	15,5
Empregadores	3,2	Empregadoras	2,1
Empregados com carteira de trabalho assinada	53,8	Empregadas com carteira de trabalho assinada	47,8
Empregados sem carteira de trabalho assinada	13	Empregadas sem carteira de trabalho assinada	20,2
Militares e funcionários públicos estatutários	7,5	Militares e funcionárias públicas estatutárias	10,4

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

No Quadro acima, é possível perceber que os homens são maioria com relação às mulheres quando trabalham por conta própria, são empregadores ou possuem carteira de trabalho assinada. Ou seja, os homens são maioria (mesmo que sejamos maioria no que diz respeito ao quantitativo populacional e ao nível de instrução) em ocupações de maior status social, com a exceção apenas no caso de militares e funcionários públicos estatutários. A explicação que se pode dar neste último caso é de que as vagas de funcionários públicos são obtidos por mérito e, como demonstrado anteriormente, as mulheres possuem um nível educacional maior que o dos homens. Segundo Carloto (2002) um setor em expansão, marcado pela presença de mulheres é o emprego público, onde estão inclusas atividades denominadas femininas, como ensino, saúde e previdência.

No entanto, ocupações como empregadas domésticas (15,5% de mulheres, em oposição a 1,1% de homens) ou sem carteira de trabalho assinada (20,2% de mulheres contra 13% de homens) apresenta uma maioria absoluta de mulheres. Estes dados coincidem com a pesquisa de Bruschini (1998) quando esta verifica que, apesar das mulheres serem maioria entre os empregados/assalariados e os trabalhadores por conta própria são as trabalhadoras (quase

40%) que ocupam posições precárias no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (emprego doméstico remunerado), seja como não remuneradas e como trabalhadoras para o auto consumo.

Agora, ao analisarmos apenas a situação das mulheres conforme sua ocupação, relacionada à cor da pele, teremos diferenças ainda maiores. O Quadro 7 a seguir demonstra que entre as mulheres que trabalham como empregadas domésticas, 9,6% são brancas, enquanto que 18,6% é de mulheres pretas ou pardas. Além disso, as mulheres pretas ou pardas são também maioria entre aquelas que trabalham sem carteira de trabalho assinada.

Quadro 7: Ocupação das mulheres no mercado de trabalho em relação à raça

Mulheres Brancas	%	Mulheres Pretas ou Pardas	%
Conta própria	17,6	Conta própria	17,3
Empregada doméstica	9,6	Empregada doméstica	18,6
Empregadoras	3,6	Empregadoras	1,3
Empregadas com carteira de trabalho assinada	48,9	Empregadas com carteira de trabalho assinada	47,2
Empregadas sem carteira de trabalho assinada	15,2	Empregadas sem carteira de trabalho assinada	22,8
Militares e funcionárias públicas estatutárias	13	Militares e funcionárias públicas estatutárias	9,3

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero

Esses dois indicadores deixam mais evidente que as desigualdades de gênero são muito claras. No entanto, a diferença entre trabalho e educação para mulheres que tem a cor da pele preta ou parda são muito maiores. Segundo Abramo (2006), as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social.

Considerações Finais

Com base em alguns dados apresentados pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), foi possível fazer um levantamento a respeito de algumas questões relacionadas a educação e trabalho da mulher no Brasil e, em especial, em Aracaju.

Os dados apresentados nessa pesquisa demonstram que, apesar de sermos maioria populacional, as desigualdades referentes a gênero e raça são muito evidentes. Abramo (2006) salienta que essas desigualdades é um aspecto importante a ser considerado nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

Observamos que Aracaju, no que diz respeito a educação e trabalho das mulheres e homens possui uma diferença significativa, quando analisamos comparativamente ao Brasil, à Região Nordeste e ao estado de Sergipe. Acreditamos que essa diferença ocorre porque, ao analisar em separado a capital do estado, estamos levando em consideração que são nas capitais dos estados brasileiros que se encontram as maiores ofertas de escolas, faculdades e empregos.

Percebemos que, em todas as regiões, o nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens. No entanto, quando a questão está relacionada a emprego, apesar de haver um número maior de mulheres com nível superior empregadas, percebemos que uma grande parte delas ainda é maioria em trabalhos informais ou como empregadas domésticas. Uma das explicações sobre esse problema é que imagem tradicional da mulher família, mãe, dona-de-casa está sempre na frente, quando pensamos em trabalho e as representações masculinas e femininas e seus papéis no trabalho e em casa. O trabalho, por exemplo, é tratado no masculino e o trabalho produtivo é feito pelos trabalhadores, enquanto que à mulher, cabe o papel de reprodutora e, de acordo com a necessidade da família, trabalha para auxiliar na renda doméstica.

Um outro ponto a ser levantado, diz respeito às questões relacionadas à raça/etnia, na medida em que o nível de escolaridade e condições de trabalho são melhores para as pessoas de pele branca, sejam elas homens ou mulheres.

No entanto, entendemos que essa situação vem mudando ao longo dos anos. Se fosse feito um estudo comparativo entre esta versão dos dados referentes a 2010 com os dados oferecidos de 2000, seríamos capazes de ver avanços para a redução dessas desigualdades, sejam elas de sexo como também de etnia. Por isso a importância desses indicadores de gênero, para que os olhares estejam atentos às problemáticas do nosso país, da nossa região, do nosso estado e do nosso município.

Bruschini, em 2007, realizou uma pesquisa a fim de identificar e analisar as mudanças nas relações de trabalho das mulheres entre os anos de 1993 e 2005 com base nos dados estatísticos apresentados da Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir desses dados, a autora conseguiu identificar que entre o fim do século XX e início do século XXI as trabalhadoras brasileiras obtiveram algum progresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que persistiram inúmeras condições desfavoráveis.

No que diz respeito à escolaridade – seja a de nível médio, no qual as jovens superaram os jovens, seja a de nível superior, no qual as mulheres também são maioria em relação aos homens –, as trabalhadoras mais instruídas passaram a ocupar postos em profissões de prestígio, como medicina, direito, magistratura, arquitetura e mesmo na engenharia, tradicional reduto masculino, bem como cargos executivos em empresas do setor formal (BRUSCHINI, 2007).

No que trata das condições desfavoráveis, a autora identificou que o maior contingente de trabalhadoras, representada por mais de 30% da força de trabalho feminina, continua sendo composto por um grupo de ocupações precárias, dentre elas: empregadas domésticas, das quais 75% sem registro em carteira; e trabalhadoras não remuneradas ou aquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola. Destarte, Bruschini (2007) defende que a persistência de traços de segregação se revela também em outras dimensões: na esfera ocupacional, no desemprego mais elevado e nas desigualdades salariais em relação aos colegas do sexo oposto, mesmo quando as condições são semelhantes entre os sexos, como na jornada de trabalho, no nível de escolaridade e outras.

Também não se pode deixar de destacar que um ponto importante no que diz respeito às relações de gênero está intimamente relacionado à quantidade de tempo “gasta”, por essas mulheres, nos afazeres domésticos e pelos cuidados com as crianças demais familiares. De acordo com Hirata (2001), apesar do fato de que o desenvolvimento das tecnologias domésticas facilitou essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e sua atribuição às mulheres continuou intacta, o que nos leva a entender que há uma relação entre o trabalho doméstico e a afetividade, que parece estar no centro dessa permanência.

Reforçando essa lentidão no que diz respeito à mudança com relação ao papel da mulher e sua responsabilidade sobre a vida privada, retomo outra pesquisa realizada por Bruschini em 1998, quando esta analisa os dados do PNAD em relação aos anos decorridos entre 1985 a 1995, ou seja, dez anos antes que o analisado em sua pesquisa de 2007. Os dados finais desse trabalho apontam, da mesma forma que a última pesquisa, que o contingente de trabalhadoras da época era composto por mulheres mais velhas e casadas. Porém, essas suas novas responsabilidades não as eximiu daquelas ligadas ao ambiente familiar e materno, pois em qualquer que fosse a situação laboral das mulheres entre os anos de 1985-1995, estas eram também responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos e à família em geral.

Para a maioria das pesquisadas, é possível identificar que a sobreposição dos afazeres domésticos e da atividade econômica, sendo o último vital para a sua sobrevivência e a da família, ou para sua autonomia e poder de negociação no grupo familiar, acaba por representar uma enorme sobrecarga. Com isso, a autora destaca que é desta condição de gênero que resulta, para as mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho.

Dessa forma, os estudos relacionados ao trabalho da mulher possuem, em sua maioria, uma visão histórica, em que o trabalho feminino sempre foi visto (e continua) como inferior ao trabalho masculino. Antigamente, não era dado à mulher o direito de se capacitar, já que a ela cabia o trabalho de reprodução e não o de produção. No entanto, a partir de um maior aprofundamento da lógica capitalista, a mulher passou a exigir espaço ao mesmo tempo em que o seu

trabalho passa a ser também necessário para o sustento da família.

Assim, as mulheres começam a se capacitar e hoje elas já são, em muitos casos, maioria com relação aos homens capacitados. No entanto, o que as pesquisas apontam é que, mesmo com esta maior qualificação da mulher, continua existindo o esforço de reprodução muito fortemente ligado ao trabalho da mulher e, por isso, a mulher que trabalha fora passa a sofrer uma jornada tripla, em que, além do trabalho produtivo, ainda é a principal (e muitas vezes única) responsável pelos cuidados com a casa. Dentro das organizações, seu trabalho não é valorizado na mesma proporção que o trabalho dos homens. Muitas são as pesquisas que indicam que é muito mais difícil para uma mulher alcançar os altos postos da organização, sob a visão patriarcal de defendê-las de um trabalho dito masculino.

Além disso, podemos ressaltar o que Abramo (2006) apresenta sobre a análise desses indicadores sociais, já que, segundo a autora, a integração das dimensões de gênero e raça à análise do mundo do trabalho podem nos ajudar a entender além dos problemas vividos por mulheres e negros e os fatores que os produzem, mas também para melhor compreender como o mercado de trabalho funciona em seu conjunto, bem como a dinâmica de produção e reprodução das desigualdades sociais no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciencia e Cultura**. vol.58, no. 4 São Paulo Oct./Dec. 2006.

ABRAMO, L. Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: uma força de trabalho secundária 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

BRASIL. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : Il.

BRASIL. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2014.

BRUSCHINI, C. **Gênero e Trabalho Feminino no Brasil**: novas conquistas ou persistência da discriminação Brasil, 1985 a 1995 - Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios. GT População e Gênero. Nepo/Unicamp, São Paulo, 1998.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: pp.139-156.

Professora do Departamento de Secretariado Executivo da UFS, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS, faz parte do Grupo de Pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”, cadastrado pela UFS. E-mail: flavinhalp@hotmail.com